

# PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2.969, DE 2022

## PROJETO DE LEI Nº 2.969, DE 2022

Dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça Militar, de Promotor de Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar.

**Autor:** PGR - PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

**Relator:** Deputado MURILO GALDINO

### I – RELATÓRIO

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 4 emendas de Plenário, com o seguinte teor:

A Emenda nº 1 propõe alteração no art. 24 da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para dispor que as vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos, proventos e às pensões dos servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos/décimos de função comissionada entre abril de 1998 e setembro de 2001, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste dos anexos da referida Lei.

A Emenda nº 2 estabelece que os cargos em comissão criados a partir da transformação referenciada no art. 1º serão privativos de servidores efetivos.



A Emenda nº 3 promove a alteração de dispositivos da Lei nº 13.316/2016, para tornar o cargo de Técnico do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, de nível superior, exigindo-se, como requisito de escolaridade para ingresso no cargo, o diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação.

A Emenda nº 4 acrescenta dispositivo ao PL para estabelecer que os cargos de Analista do Ministério Público da União e de Técnico do Ministério Público da União, ambos do quadro de pessoal efetivo do Ministério Público da União, são essenciais à atividade jurisdicional.

## II - VOTO DO RELATOR

As alterações propostas pelas Emendas de Plenário apresentadas têm por objetivo proporcionar melhor qualificação do quadro de profissionais dedicados à prestação jurisdicional, pois têm por objetivo:

- a) não permitir a absorção dos quintos com a recomposição inflacionária;
- b) estabelecer que os cargos comissionados criados sejam exclusivos de servidores efetivos;
- c) transformar em cargo de nível superior o cargo de Técnico do MPU e do CNMP;
- d) dispor que os cargos de Analista e Técnico do MPU sejam considerados essenciais à atividade jurisdicional;

Compartilhamos com o mesmo propósito das emendas apresentadas, que são meritórias e visam corrigir distorções na própria carreira do MPU, garantindo a segurança jurídica para os servidores.

Recentemente, foi aprovada a Lei nº 14.524, de 9 de janeiro de 2023, que reajusta a remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.



Entretanto, cerca de 15% dos servidores do MPU ficarão sem receber a recomposição salarial, oriunda da Lei nº 14.524/2023, pois seria absorvida pelos quintos.

Ressalte-se que, em reunião realizada em 17/03/2023, na qual estavam presentes o Sindicato Nacional dos Servidores do MPU, CNMP e ESMPU por meio do Diretor-Executivo, Renato Cantoni e o assessor parlamentar, Carlos Alberto Silva Junior, a deputada federal Erika Kokay (PT/DF) o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, a Secretária-Geral do MPF, Eliana Torelly, e o Procurador-Geral da Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, não foram apresentadas oposições às emendas propostas pela Deputada Erika Kokay.<sup>1</sup>

**Ademais, em atenção a coerência jurídica, acrescenta-se dispositivos à Lei nº 13.316/2016, para que a parcela recebida a título de Adicional de Qualificação ao portador de diploma de curso superior seja automaticamente transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, no valor de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor. Essa inserção se faz necessária, em razão das alterações que exigirão curso superior para ingresso nos cargos de Técnico.**

Cabe ressaltar que as Emendas não possuem impacto orçamentário e financeiro, pois os valores já estão previstos na proposta orçamentária do MPU de 2023 aprovada pelo Congresso Nacional.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público, somos pela aprovação de todas as Emendas de Plenário, na forma da Subemenda Substitutiva anexa.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação orçamentária e financeira de todas as Emendas de Plenário, e da Subemenda Substitutiva da Comissão de Administração e Serviço Público.

<sup>1</sup> <https://www.sindmpu.org.br/index.php/content-category-1/item/1604-sindmpu-reune-com-o-pgr-pgjm-e-com-a-deputada-federal-erika-kokay-para-garantir-o-ns-e-a-nao-absorcao-dos-quintos-para-os-servidores-do-mpu>.



Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as Emendas de Plenário e da Subemenda Substitutiva da Comissão de Administração e Serviço Público, e, no mérito, pela aprovação de todas as Emendas, na forma da referida Subemenda Substitutiva.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado MURILO GALDINO  
Relator

2023-2304



## SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 2.969, DE 2022

Dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça Militar, de Promotor de Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar; e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

O Congresso Nacional decreta:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam transformados 23 (vinte e três) cargos vagos de Analista do Ministério Público da União em 04 (quatro) cargos de Procurador de Justiça Militar, 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça Militar e nos cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei, no âmbito do Ministério Público Militar.

Parágrafo único. Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo serão preenchidos apenas por servidores efetivos.

Art. 2º Os cargos de Analista e Técnico do Ministério Público da União, ambos do quadro de pessoal efetivo do Ministério Público da União, são essenciais à atividade jurisdicional.

Art. 3º A Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

.....

II – Técnico do Ministério Público da União, de nível superior.

.....” (NR)



“Art. 7º .....

II – para o cargo de Técnico, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 15.....

**§ 5º Os Técnicos do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público que fizerem jus ao AQ em razão da aplicação do inciso IV do art. 15 da Lei 13.316 de 20 de julho de 2016, terão a parcela automaticamente transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, no valor de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor.**

**§ 6º A VPNI que trata o § 5º será absorvida quando o servidor que a percebe, enquadrar-se nos incisos I, II e III do art. 15 desta lei.”**  
**(NR)**

“Art. 24. As vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos, proventos e às pensões dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada entre abril de 1998 e setembro de 2001, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste dos anexos desta Lei.” (NR)

“Art. 29. ....

§ 1º .....

II – Técnico do Conselho Nacional do Ministério Público, de nível superior.

.....” (NR)



Art. 4º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas ao Ministério Público da União no orçamento geral da União.

Parágrafo único. O provimento dos cargos criados por esta Lei observará o artigo 169, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

